

O RESGATE DA ORDEM

UM MANIFESTO CONTRA A
INVERSÃO DE VALORES

MAURICIO FERREIRA SARMENTO

© 2026 Mauricio Ferreira Sarmento. Todos os direitos reservados.

Edição do Autor. Salvador, BA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sarmiento, Mauricio Ferreira

O resgate da ordem : um manifesto contra a
inversão de valores / Mauricio Ferreira Sarmento. --
Salvador, BA : Ed. do Autor, 2026.

ISBN 978-65-02-03577-1

1. Ciência política 2. Homens - Memórias

A Carlos Silva de Moraes Sarmento.

Pai, o senhor me ensinou uma coisa antes de qualquer escola, qualquer livro ou qualquer patrão: a linha entre o certo e o errado não é negociável. O senhor criou um filho sozinho, com as mãos cheias de graxa e o coração cheio de dignidade, e me mostrou que honra não se compra e não se herda — ela se constrói, dia após dia, com trabalho e com caráter.

Eu escrevi este livro com a sua voz na cabeça. Com os seus ensinamentos como bússola. Cada página que o senhor não pôde ler em vida, eu escrevi como se o senhor estivesse olhando por cima do meu ombro.

Este livro é para o senhor. E é também para todos os pais que, como o senhor, erraram o passo mas nunca abandonaram o filho.

Com amor e saudade eternas, Mauricio.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 — O PREÇO DE ANDAR CERTO EM UM MU..	3
Capítulo 2 — O DESPERTAR: QUANDO A POLÍTICA	9
Capítulo 3 — O SISTEMA CONTRA O POVO: A ELEI..	13
Capítulo 4 — O COLAPSO DA REALIDADE: CRIME,	17
Capítulo 5 — A INFILTRAÇÃO CULTURAL: COMO TO..	20
Capítulo 6 — A PUNIÇÃO DE QUEM PRODUZ: O RIS..	24
Capítulo 7 — A FAMÍLIA COMO ALVO: O ATAQUE À..	28
Conclusão — As Sete Atitudes	34
Sobre o Autor	39

INTRODUÇÃO — A VERDADE QUE NINGUÉM QUER OUVIR

Este livro não é um tratado acadêmico. Não foi escrito em um escritório climatizado nem revisado por um comitê editorial de alguma universidade progressista. Foi escrito com as mãos de quem ralou a vida inteira, com a indignação de quem viu a ordem ser destruída — não nos jornais, não nas redes sociais, mas na própria vida, dentro da própria casa.

Eu não sou jornalista. Não sou doutor em ciências políticas. Sou um brasileiro comum que perdeu o silêncio.

Vivemos em uma era em que dizer a verdade é um ato subversivo. Em que defender a família é rotulado de ódio. Em que o trabalhador é culpado e o criminoso é vítima. Em que a interpretação de texto foi substituída pela ideologia, e o bom senso se tornou um ato de rebeldia. Em que a lei existe para proteger quem não a respeita e perseguir quem tenta obedecê-la. Este livro é o registro de que ainda há brasileiros que enxergam esse absurdo, que se recusam a fechar os olhos e que estão dispostos a dizer em voz alta o que a maioria pensa em silêncio por medo.

Não espero que todos concordem com cada linha. Mas espero que cada leitor reflita sobre o Brasil que estamos construindo

— ou destruindo — para os nossos filhos.

Enquanto houver voz, há esperança.

O PREÇO DE ANDAR CERTO EM UM MUNDO INVERTIDO

Eu não escrevi este manifesto sentado em uma cadeira de universidade. Escrevi com as mãos de quem ralou a vida inteira e com a indignação de quem viu, na própria pele, a ordem ser destruída.

Meu nome é Mauricio Ferreira Sarmiento. Nasci em 20 de agosto de 1989, em Salvador, Bahia. Vim de família pobre. Cresci andando pelas vielas das favelas de Salvador, em meio ao crime, à violência e às falsas promessas de dinheiro fácil. Tive todas as oportunidades para me desviar. Não faltaram convites de traficantes, não faltaram exemplos de quem escolheu o caminho errado e parecia estar "vencendo" na vida. Mas eu tive um escudo: meu pai.

Fui criado por um pai solteiro que, no meio de todas as dificuldades, me ensinou a linha inegociável que separa o certo do errado. Ele trabalhava com serralheria e, desde cedo, me deu um aviso claro: se eu não quisesse pegar no pesado como ele, que eu fosse estudar. E foi o que eu fiz. Enquanto meus amigos iam jogar bola, empinar pipa, ir à praia ou correr atrás de mulher, eu pegava o caminho da Biblioteca Central de Salvador. Como não tínhamos dinheiro para pagar cursos ou

faculdade, me tornei autodidata. A rua tentava me puxar para baixo, mas o conhecimento me puxava para cima.

A minha trajetória nunca teve atalhos. Minha primeira profissão foi como técnico em eletrônica. Trabalhei durante três anos recebendo, como salário, apenas o café da manhã e a janta. Vendi picolé e brinco na praia. Vendi CDs e DVDs na frente do Shopping Piedade. Vendi lanches. Consertei impressoras, estudei redes, mergulhei na manutenção de computadores e notebooks. Tudo o que eu aprendia, era por conta própria.

Em 2014, a vida me cobrou outra responsabilidade: meu pai adoeceu. Tive que assumir a administração de um bar que ele tinha. Eu nunca gostei de trabalhar com bebida. Então, fiz o que sabia fazer: montei uma lan house dentro do bar, mudei o formato de atendimento para vender bebida apenas para levar e parei com o consumo no local. Aos poucos, a lan house engoliu o bar. Depois, a internet engoliu a lan house. Comecei a cabear o bairro e montei um provedor de internet. Em 2018, oficializei a MS Telecom. Durante a pandemia, fechei de vez o atendimento físico e foquei só na expansão da rede.

Eu estava construindo a minha vida. Mas o mundo real não tem pena de quem trabalha.

Em 15 de janeiro de 2021, perdi meu pai. A minha bússola moral, o homem que me impediu de virar bandido, não estava mais aqui. Para não afundar na dor, mergulhei de cabeça na

empresa. Mas um ano e meio depois, em junho de 2022, a morte voltou a bater na minha porta. Sofri um acidente gravíssimo na escada de casa. Caí do primeiro andar no meio de ferragens e vigas. Quebrei o ombro e esfaquei o pé esquerdo. No hospital, peguei Covid-19. Cheguei a ter 86% do pulmão comprometido. Fui levado até a porta da intubação.

Eu me recusei a aceitar aquele fim. Pedi a Deus. Clamei por misericórdia. Milagrosamente, no oitavo dia de internamento, acordei bem, sentei e tomei café. A médica quase não acreditou.

Tive alta dois dias depois, mas o pesadelo não tinha acabado. Os médicos foram claros: na queda, meu tornozelo esquerdo havia esmagalhado contra uma pedra. Não havia conserto. A sentença era a amputação. Fui para o hospital fazer a cirurgia, mas o cirurgião não apareceu — ele havia sofrido um acidente de carro no caminho. Mandaram eu voltar dias depois, mas a Covid me derrubou de novo. Quando finalmente voltei para ver o que seria feito do meu pé, tive uma trombose na coxa. Passei mais de um mês com a perna engessada, esperando a necrose tomar conta para saber se cortariam do tornozelo ou do joelho para baixo.

Quando tirei o gesso, a perna estava roxa, quase preta.

Fiz uma nova ressonância e levei ao cirurgião. Quando ele olhou o exame, parou. Olhou de novo. E deu um grito no consultório: "Não é possível!"

Achei que era o meu fim. Mas ele, com mais de 50 anos de profissão, me disse que nunca tinha visto aquilo na vida toda. Os ossos esmagalhados do meu pé haviam retornado para o lugar — como um quebra-cabeça guiado por uma mão invisível — e calcificado por conta própria. Eu não precisei de platina. Nem de pinos. Nem de amputação. Eu estava curado.

Quando voltei para casa naquele dia, fiquei um bom tempo sentado em silêncio. Pensei no meu pai, que passou tanto tempo me ensinando que Deus estava no controle. Pensei que talvez ainda houvesse algo para eu fazer neste mundo. Que a minha história não havia terminado ali.

Se a minha trajetória fosse apenas sobre superação médica, este seria um livro de autoajuda. Mas não é. Porque depois de sobreviver à miséria, à quase morte e à quase amputação, eu fui derrotado pelo sistema.

Em 2023, uma guerra de facções estourou no bairro do Tororó, onde minha empresa funcionava. O crime, que meu pai me ensinou a evitar na infância, agora batia na minha porta cobrando a conta. Durante essa guerra, assassinaram um dos meus funcionários dentro da loja da minha empresa. Na frente da minha esposa.

A partir dali, a situação foi escalando. A facção que controlava o território passou a cobrar um pedágio de dez mil reais por mês apenas para nos deixar trabalhar. Paguei durante alguns meses, refém do medo e da impotência. Quando aquela facção

perdeu o controle do bairro, o alívio durou pouco. Em 2025, a guerra voltou com força redobrada. Fomos ameaçados diretamente. Ficamos no meio do fogo cruzado de grupos rivais, mudando de cidade em cidade, escondidos em sítios entre Dias d'Ávila, Candeias e Sátiro Dias. O medo destruiu a paz dos meus técnicos. Destruiu a paz da minha esposa. Destruiu o meu direito de trabalhar.

Eu não quebrei por incompetência. Não desisti por preguiça. Fui expulso do meu próprio negócio pela violência e pela omissão de um Estado que sabe cobrar imposto mas não sabe garantir segurança. Em julho de 2025, vendi a estrutura do provedor de internet que levei anos construindo, mantive apenas o CNPJ e me mudei para o interior.

É por isso que este livro existe.

Quando eu falo de inversão de valores, não estou recitando teoria política aprendida em algum livro. Estou falando de um país onde o trabalhador se esconde e o criminoso ostenta. Onde o pai de família vive com medo dentro da própria casa e o assassino tem seus direitos garantidos com entusiasmo. Este livro é um grito por ordem. É a visão de quem sentiu na pele o que acontece quando os pilares da sociedade são derrubados um a um.

Nas próximas páginas, vamos falar sobre esses pilares: a família, a cultura do trabalho, a política, a economia e a justiça. Não espero que todos concordem comigo. Mas espero que

todos reflitam sobre o Brasil que estamos deixando para os nossos filhos.

Eu sobrevivi a muita coisa para aceitar o silêncio.

O DESPERTAR: QUANDO A POLÍTICA BATEU À MINHA PORTA

Eu nunca tive interesse por política. Nunca fui de dar importância para o que acontecia nos palácios de Brasília. A minha preocupação sempre foi acordar cedo, abrir a empresa, pagar os impostos e garantir o sustento. Para mim, a política era um jogo sujo do qual o cidadão comum deveria manter distância. Hoje eu sei que essa ideia de que "política e religião não se discutem" é a maior armadilha que já foi inventada. Ela serve apenas para manter o povo na ignorância. E quanto mais ignorante o povo for, mais fácil é para o sistema governar sobre ele.

O meu despertar aconteceu em 2018.

Estava oficializando o meu provedor de internet, focado no meu negócio, quando meu pai — que sempre foi um crítico feroz do sistema — começou a me chamar a atenção para as eleições presidenciais. Havia um candidato diferente, um capitão do Exército que falava coisas que eram incomuns de se ouvir na televisão. Comecei a prestar atenção. Comecei a observar. E o que eu vi nos anos seguintes mudou completamente a minha visão de mundo.

Vi o improvável acontecer: um azarão, sem acordos políticos obscuros e sem escândalos de corrupção comprovados, chegar à presidência da República. Mas vi, na mesma proporção, um sistema revoltado. Vi manobras explícitas e sem escrúpulos para manchar a honra de um presidente que se recusava a jogar o jogo deles. Vi os podres da política e do Judiciário começarem a transbordar.

Quando a pandemia chegou, a teoria política virou agressão física à minha vida.

Por decreto do governo do Estado, tive que fechar minha lan house e meu bar. Por algumas semanas, vi a polícia fechar a porta do meu estabelecimento e me proibir de trabalhar. Enquanto isso, o presidente aconselhava as pessoas a garantirem o sustento de suas famílias. O que aconteceu em seguida foi algo que eu ainda tenho dificuldade de descrever sem revolta: a Suprema Corte interveio, proibiu condutas e empurrou a população para um único caminho — o da obediência cega, sem debate e sem alternativa.

Então veio a questão das vacinas experimentais.

Passei horas lendo artigos e assistindo a entrevistas de médicos dos dois lados. Percebi um padrão que me intrigou profundamente: os profissionais que questionavam a obrigatoriedade eram, em sua maioria, pesquisadores de renome e pessoas que atuavam há décadas na linha de frente da medicina. Os que defendiam a imposição com unhas e

dentes eram, em sua maioria, pessoas afastadas da prática clínica. O que me revoltou não foi a vacina em si — foi a imposição. A ideia de que o Estado pode decidir o que entra no corpo do cidadão, sem debate e sem alternativa, sob pena de exclusão social. Isso não é saúde pública. Isso é controle.

Decidi estudar mais a fundo. Fui pesquisar a diferença real entre Esquerda e Direita nas fontes primárias. Quando me deparei com o Manifesto Comunista, achei aquilo tão desconectado da realidade humana que quase não acreditei que pessoas adultas o levassem a sério como modelo de sociedade. Estudei a história das nações que tentaram implantar esse modelo — Rússia, Cuba, Venezuela, China — e vi que todas terminaram em algum grau de miséria e controle autoritário. A diferença de prosperidade entre os países que adotaram o livre mercado e os que adotaram o centralismo estatal não é um acidente histórico. É uma consequência lógica.

Foi ali que a chave virou. Me identifiquei como um conservador de direita — não por herança política, não por influência de algum guru, mas por eliminação lógica. Quando você compara os resultados reais do conservadorismo com os resultados reais do socialismo, a escolha é óbvia para qualquer pessoa que pense com honestidade.

Passei a debater nas redes sociais. Fui presencialmente a sessões da Câmara de Deputados e do Senado para ver com os

próprios olhos o que acontecia nos bastidores da democracia. E quanto mais eu via o comportamento da esquerda — a intolerância a qualquer discordância, a violência verbal, o ódio estruturado — mais certeza eu tinha da minha posição.

A inversão de valores não começa com uma lei. Ela começa quando as pessoas normais se calam. E eu me calei por tempo demais.

O SISTEMA CONTRA O POVO: A ELEIÇÃO E A DITADURA DA TOGA

Nada me preparou para o que presenciei nas eleições de 2022.

Vi uma Suprema Corte que havia abandonado qualquer aparência de imparcialidade e se transformado abertamente em um partido político. Vi um ministro fazer sinal de degola para um opositor em plena sessão plenária. Vi outro ministro dizer a um cidadão comum na rua: "Perdeu, mané." Vi o candidato conservador ser acusado das barbaridades mais absurdas que já ouvi na vida — incluindo a responsabilização por perturbação de baleias no oceano. Fico pensando que eu tinha o costume de nadar no Porto da Barra e, por algumas vezes, me deparei com baleias. Pela lógica do nosso Judiciário, eu também poderia ser processado.

Enquanto um lado era massacrado por vídeos editados, manchetes tendenciosas e artistas militantes, o outro lado celebrava o retorno de um ex-condenado. Um homem que não foi absolvido de seus crimes, mas que foi solto por uma manobra jurídica criada especificamente para viabilizar sua participação eleitoral. A máquina pública, que havia sido privada de bilhões que sustentavam o sistema de favorecimentos, precisava desesperadamente voltar ao poder

para sobreviver.

No dia da votação do primeiro turno, fui surpreendido: meu local de votação havia sido alterado sem nenhum aviso prévio. Votei no novo local e fui para casa.

Como estava estudando programação para desenvolver sistemas para a minha empresa, eu entendia de gráficos, algoritmos e padrões de dados. Quando a apuração começou, observei anomalias que qualquer pessoa com conhecimento básico de matemática precisaria questionar. Modelos de crescimento de votos que não seguiam nenhuma curva estatística normal. Resultados que contradiziam o comportamento observado nas ruas, nas filas, nos comícios.

Pedidos de auditoria independente foram negados. O Exército apresentou relatório apontando vulnerabilidades no sistema eleitoral. Programadores confirmaram as falhas tecnicamente. Documentos oficiais foram vazados, indicando invasões anteriores ao sistema. Mas era proibido falar sobre tudo isso. A censura prévia que se instalou sobre qualquer questionamento foi, por si só, um sinal de que havia algo a esconder.

Em meio a tantas dúvidas que pairavam sobre o processo, busquei respostas por conta própria. Tentei acessar dados que deveriam ser transparentes e me deparei com inconsistências que me deixaram estarrecido. Naquele clima de incerteza, qualquer cidadão que ousasse levantar questionamentos lógicos era imediatamente silenciado.

Eu mesmo senti o peso da mão de ferro: ao tentar compartilhar minhas indignações nas redes sociais, minha conta foi suspensa sem aviso, sem debate, sem investigação. Houve apenas o silêncio imposto pela censura. Foi ali que entendi: questionar a "verdade oficial" havia se tornado um crime no Brasil.

Fui com minha esposa às manifestações em frente ao quartel da Mouraria. Vi o desespero de um povo que acreditava que uma injustiça havia sido cometida e que suas instituições se recusavam a ouvir. Eram motoristas, aposentados, donas de casa, comerciantes, professores — pessoas normais, com bandeiras e rezando.

O que aconteceu depois foi a escalada que nenhum brasileiro deveria ter que presenciar. O 8 de Janeiro de 2023 — onde vendedores ambulantes, motoristas, idosos e pessoas comuns foram presos e tratados como terroristas, enquanto câmeras de segurança eram deliberadamente ocultadas e os mandantes reais permaneciam intocáveis. Vi o Brasil montar campos de detenção em pleno século XXI, com presos sem acesso a advogados, dormindo no chão. Vi senadores sendo caçados por crime de opinião. Vi inquéritos eternos e monocráticos, sem prazo e sem contraditório, governados por decisões de um único juiz como se a Constituição não existisse.

A República foi sequestrada pela toga.

Hoje, o país enfrenta gasolina a preços que inviabilizam o

trabalhador, estatais dando prejuízos históricos enquanto diretores recebem salários milionários, e escândalos no INSS sendo abafados pelos mesmos que deveriam investigá-los. E, no meio de tanta tragédia concreta, o sistema se preocupa em aprovar leis identitárias que criminalizam o homem pelo simples fato de existir como homem. Em um país onde o homem mais sexy do ano é uma mulher biológica, e o representante das mulheres no Congresso é um homem biológico, a loucura já virou regra — e quem aponta a loucura vira criminoso.

Mas enquanto houver voz, não vou me calar.

O COLAPSO DA REALIDADE: CRIME, IMPUNIDADE E O FRACASSO DA JUSTIÇA

Em meio à frustração que fui acumulando, comecei a puxar pela memória episódios que eu havia visto anos antes e que, na época, me pareciam absurdos isolados. Agora eu entendia que não eram acidentes. Eram sintomas de um sistema inteiro que havia sido construído — ou deixado apodrecer — ao contrário.

O argumento que sempre ouço é que "faltam leis". Que precisamos criar mais legislação para resolver a criminalidade. Mas o Brasil tem leis para tudo. O que falta não é texto legal. O que falta é coragem para aplicar o que já está escrito, com rigor e sem brechas ideológicas.

Lembro de casos na televisão de criminosos sendo presos pela décima quinta, décima oitava vez — e soltos logo em seguida, como se cada prisão fosse a primeira. Mas nenhum caso me marcou tanto quanto o de uma senhora idosa que, após preparar a carne para o almoço, deixou a faca em cima da pia antes de dormir. Naquela madrugada, um homem invadiu sua casa pelo telhado e caiu exatamente sobre a pia, cortando o próprio pé na faca. A idosa chamou a polícia. O desfecho? O invasor foi solto. A senhora foi processada por lesão corporal.

Qualquer um que duvide pode pesquisar — o caso é real e documentado.

Outro episódio que ficou gravado na minha memória foi o de policiais que flagraram dois assaltantes roubando um posto de gasolina. Prenderam os dois, levaram à delegacia. A delegada os soltou no mesmo dia. Na ronda seguinte, os policiais encontraram os mesmos dois elementos assaltando o mesmo posto. Prenderam de novo. A delegada soltou de novo. Sabendo que eles voltariam para terminar o "serviço", os policiais se posicionaram no posto. Dito e feito: os criminosos retornaram atirando. Houve confronto. Um morreu, o outro ficou ferido. Os policiais foram processados e quase perderam o emprego.

Em um país que funcionasse com seriedade, a delegada que soltou os criminosos pela segunda vez responderia criminalmente por isso. Aqui, a polícia é punida e o bandido vira vítima do sistema que ele mesmo subverte.

E há um símbolo perfeito de quanto o sistema falha: a audiência de custódia.

Criada com o argumento humanitário de garantir que o preso chegasse ao juiz antes de ser mantido preso preventivamente, a audiência de custódia se transformou na prática em uma porta giratória. O bandido é preso em flagrante — às vezes dentro do ato criminoso, na frente de testemunhas — e, muitas vezes, está de volta às ruas antes mesmo de o policial terminar o

relatório da ocorrência. Isso não desmoraliza apenas a polícia. Isso apavora a vítima, que olha pela janela e vê aquele mesmo rosto olhando de volta para ela.

Policiais relatam prender o mesmo indivíduo dez, quinze, vinte vezes. O mesmo criminoso, a mesma farda, o mesmo papelório — e a mesma soltura. O problema não está na lei que pune o crime. O problema está na porta giratória do Judiciário que esvazia qualquer punição antes que ela produza efeito.

Se houve crime provado — e "provado" significa filmado, testemunhado, confessado — a prisão deve ser imediata e sem benefícios até o julgamento. Não como crueldade, mas como dever de proteção à sociedade. Porque enquanto o Estado delibera, a vítima continua vulnerável.

Um cidadão de bem não deve ter medo de andar nas ruas do seu próprio país. Essa deveria ser a obrigação mínima de qualquer governo. E estamos muito longe disso.

A INFILTRAÇÃO CULTURAL: COMO TOMARAM O QUE ERA NOSSO

Muitos acreditam que as mudanças que vemos na sociedade são "evolução natural" — que o mundo simplesmente avança e os conservadores ficam para trás por teimosia. Para quem observa com atenção, porém, fica claro que se trata de uma estratégia executada com paciência e metodologia.

Ao analisar as bases do pensamento coletivista e as táticas de grupos que dominam hoje as universidades, as redações e as cortes — percebemos um alvo claro e consistente ao longo de décadas: a família tradicional. O objetivo declarado é separar o homem da mulher, colocar filhos contra pais e eliminar o cristianismo como referência moral pública. Sem a base da fé e a proteção da estrutura familiar, o indivíduo fica frágil, desorientado e dependente do Estado. E um povo dependente é um povo governável.

Eu não fui para a universidade pelo caminho convencional. Fui autodidata. E acredito que isso me protegeu do processo de doutrinação que acontece de forma sistemática nas faculdades brasileiras. Vi amigos meus que cresceram na mesma rua que eu entrarem em cursos superiores como pessoas normais, cristãs, conservadoras — e saírem irreconhecíveis. Não porque

aprenderam mais. Mas porque foram moldados por um ambiente que não tolera discordância.

Lembro de um dia em que fui buscar uma sobrinha na escola. Ela tinha entre cinco e oito anos na época. Quando cheguei ao portão, fui atingido por um funk com letras de baixaria explícita — o tipo de conteúdo que seria inadequado para um bar às três da manhã, que dirá para uma escola de ensino fundamental. Alguns professores incentivavam as crianças a dançar aquilo. Meninas de seis anos sendo encorajadas a rebolarem até o chão sem que nenhum adulto parecesse encontrar qualquer problema.

Entrei. Fui direto à caixa de som e desliguei.

O segurança e dois professores vieram em minha direção — não para me agradecer, mas para me questionar por que eu havia "interrompido as atividades". Perguntei com a voz firme que a situação pedia: o que esse tipo de conteúdo estava ensinando sobre o valor do corpo, sobre o respeito próprio, sobre o que é apropriado? Não recebi resposta. Apenas olhares de incompreensão, como se a pergunta fosse absurda.

A destruição moral não é um acidente. É uma estratégia. E ela começa na escola, antes que a criança tenha ferramentas para questionar o que está sendo ensinado.

A tentativa de retirar a autoridade dos pais sobre a educação dos filhos é a expressão mais avançada dessa batalha. Quando

o Estado ou a escola assumem o papel que pertence ao pai e à mãe — especialmente em questões de moral, sexualidade e fé —, o resultado é uma geração sem identidade, sem limites e sem referência moral sólida. Jovens entram nas faculdades com valores e saem como militantes. A linguagem foi sequestrada: palavras foram redefinidas, novos termos foram inventados, e quem não os domina é imediatamente classificado como ignorante ou inimigo.

Chegamos ao ponto em que uma mulher não é mais chamada de mulher — ela virou "pessoa que menstrua" — e quem aponta o absurdo disso corre o risco de ser processado. O espaço que pertencia às mulheres foi sequestrado, e todos são obrigados a aplaudir em silêncio.

Mas o aspecto que mais me assombra não é a loucura em si. É a autocensura que ela produziu. Pessoas que pensam o óbvio se calam com medo de processos, de perda de emprego, de perseguição nas redes. A ditadura não precisa mais de soldados na rua. Ela opera através do medo de ser chamado de intolerante.

Nós — os conservadores, os cristãos, os cidadãos de bem — temos parte da culpa por ter chegado até aqui. Compramos a mentira civilizada de que "política e religião não se discutem", e enquanto ficávamos educadamente calados, a ideologia tomava as salas de aula, as redações, os tribunais e as câmaras. Fomos infectados pela passividade. Deixamos o campo aberto.

Agora que acordamos e queremos resgatar os bons costumes, encontramos uma estrutura já solidamente montada contra nós. Mas enquanto houver voz, há esperança. Antes tarde do que nunca.

A PUNIÇÃO DE QUEM PRODUZ: O RISCO DE EMPREENDER NO BRASIL

Eu descobri na pele o sufoco que um empreendedor enfrenta neste país. É revoltante ver pessoas caindo na conversa de quem ensina que o trabalhador "rala duro para enriquecer o dono". O que esses discursos jamais contam é que o verdadeiro vilão, aquele que rouba tanto o trabalhador quanto o empresário na maior cara de pau, é exatamente o Estado.

O Estado não deixa o pobre evoluir. Um exemplo objetivo: hoje, um trabalhador com salário mínimo recebe aproximadamente R\$ 1.600 na mão, mas custa para a empresa quase R\$ 3.000. A diferença não fica com o "patrão malvado" — ela vai para o governo na forma de impostos e encargos que raramente retornam como serviços de qualidade. O trabalhador acha que está sendo explorado pelo empresário. Na realidade, ambos estão sendo explorados pelo mesmo sistema.

Mas o peso financeiro é apenas a ponta do problema. O maior terror de quem tenta gerar emprego neste país é o risco jurídico.

A Justiça do Trabalho, muitas vezes aparelhada

ideologicamente, criou um cenário onde demitir um funcionário é quase um ato de roleta-russa. Fui processado três vezes ao demitir funcionários. Ganhei as três causas — mas o custo para me defender com advogados foi altíssimo. E em nenhum dos três casos a pessoa que fez acusações falsas sofreu qualquer consequência por mentir perante um tribunal. Saiu pela porta e foi embora, sem penalidade alguma.

A indústria do processo trabalhista existe porque mentir não custa nada para quem acusa. O sistema atual parece projetado para que "acusar não custa nada" — enquanto o empresário tem que provar sua inocência a um custo altíssimo, quem mente na acusação raramente enfrenta alguma consequência dura. Para o sistema funcionar com justiça, a mentira no tribunal deveria ser crime grave, com pena equivalente à do crime denunciado falsamente.

O episódio mais absurdo que vivi foi quando recebi uma notificação trabalhista de um rapaz que eu nunca tinha visto na vida. Como dono de uma empresa de apenas nove pessoas incluindo minha esposa, eu conhecia cada colaborador pelo nome e pelo histórico. Quando minha advogada puxou o processo, descobrimos que o rapaz havia anexado fotos vestindo uma farda da minha empresa — mas era uma farda velha, de cor cinza, que havíamos descartado meses antes ao mudar o uniforme para amarelo. De alguma forma, conseguiu uma peça no lixo e passou dois meses tirando fotos em locais diferentes, simulando que trabalhava para mim, apenas para

forjar um vínculo empregatício.

A advogada do golpista tentou invalidar o depoimento dos meus funcionários alegando coação. Tive que reunir imagens de câmeras de segurança e testemunhos de clientes. Quando ele foi pressionado a apresentar mensagens de WhatsApp com ordens que eu teria dado, alegou que "havia perdido o celular". O juiz percebeu o esquema e me deu ganho de causa. Ainda assim, gastei R\$ 8 mil em honorários advocatícios para me proteger de um criminoso que foi embora sem pagar um centavo de multa.

Se a farsa tivesse colado, eu teria sido extorquido com o aval da lei. Onde está a segurança jurídica de quem produz?

Outro episódio me ensinou como o sistema funciona na prática. Às quatro da manhã, um dos carros da empresa foi arrombado. Pelas câmeras, vi o homem quebrando o vidro e levando ferramentas e a bateria — quase R\$ 6 mil de prejuízo. Quando um dos meus técnicos o reconheceu pela tatuagem e roupa na Praça da Piedade, fui até lá. Perdi a paciência. Fui agressivo. Dei um tapa no sujeito, segurei pelo pescoço e disse que ele ia me levar onde havia vendido as ferramentas.

A polícia chegou. Nos levaram à delegacia. O ladrão entrou na sala do delegado às 14h. Às 14h15, estava na rua. Eu aguardei. Fui chamado às 17h e recebido com uma sequência de perguntas: como eu sabia que era ele? As imagens poderiam ter sido editadas? Fiquei até quase meia-noite. Dois dias

depois, intimado de novo. No dia seguinte, de novo. Ficou cristalino o que estava acontecendo: a Justiça não estava preocupada com o roubo. Estava caçando algum erro meu para me processar. O criminoso, que confessou o furto dentro da delegacia, foi solto porque "não houve flagrante". As ferramentas jamais foram recuperadas.

O delegado me disse, quase que com um sorriso, que "a culpa era do sistema" e que ele "só estava cumprindo ordens". Me pergunto até hoje que tipo de Estado cria ordens que protegem quem rouba e perseguem quem é roubado.

Com a escalada das pautas identitárias, a situação tende a piorar. Se um empresário já vive com esse sufoco, o que acontecerá com a aprovação de leis como a "Lei da Misoginia"? O risco de ser processado criminalmente por assédio ao simplesmente cobrar uma meta fará com que empresários parem de contratar mulheres. O mercado de trabalho feminino sofrerá um expurgo silencioso. E então criarão outra lei obrigando a contratação por cotas, gerando mais conflito e ineficiência. Eles não querem harmonia entre as classes — querem o caos. Querem que todos dependam do Estado.

Minha única saída foi fechar as portas. Desisti de gerar empregos em Salvador. Desisti de investir em um lugar onde o crime é protegido e o trabalho é punido. O sistema trabalha ativamente para desincentivar o cidadão de bem. Enquanto esse sistema existir, o Brasil não vai crescer.

A FAMÍLIA COMO ALVO: O ATAQUE À BASE DA CIVILIZAÇÃO

Há uma guerra em curso. Não é travada com balas nem com bombas. É travada com palavras, com leis, com currículos escolares e com programas de televisão. E o alvo principal dessa guerra não é a economia nem a política — é a família.

7.1 — O Papel do Homem: O Protetor e o Provedor

Sempre aprendi, observando meu pai, o que significa ser um homem de verdade.

Um homem de verdade trabalha. Ele acorda cedo e garante o sustento da família, mesmo que o trabalho seja pesado, sujo ou mal remunerado. Ele não faz isso por obrigação legal — ele faz por honra. Porque entendeu que a sua presença e o seu esforço são a base sobre a qual os filhos constroem a própria vida.

Um homem de verdade protege. Ele coloca o corpo na frente quando há perigo. Ele é o escudo — não porque a mulher é fraca, mas porque ele assumiu essa responsabilidade como compromisso. O dever do homem é trabalhar para dar o sustento à família e, se necessário, dar a própria vida para defender a esposa e os filhos. Isso não é "machismo". É honra.

É a expressão mais elevada da masculinidade: servir, proteger e sustentar.

Isso não é opressão. É responsabilidade.

E responsabilidade não se criminaliza.

Mas a narrativa dominante hoje trata exatamente essa visão de masculinidade como uma doença a ser curada. O homem que trabalha duro, que provê, que protege e que exige respeito em troca, foi transformado em vilão. Um modelo que sustentou a civilização humana em toda a história documentada agora é apresentado como o problema — e a solução proposta é a desconstrução total.

7.2 — O Respeito Mútuo e a Hierarquia do Lar

Muitos hoje tremem ao ouvir a palavra "submissão". Mas o que a modernidade chama de opressão, a história e a fé chamam de ordem.

A submissão da mulher ao marido — dentro de um relacionamento saudável, cristão e voluntário — não é escravidão. É confiança. É o reconhecimento de que alguém precisa ter a palavra final quando a família precisa de uma direção, e que essa responsabilidade pertence ao homem que está disposto a arcar com todas as consequências dessa liderança — inclusive a de morrer em defesa de quem ama.

Não existe hierarquia sem responsabilidade. E não existe

liderança sem custo.

Se o homem está disposto a morrer pela mulher, o respeito dela é a retribuição justa e necessária para a coesão da família. Quando essa engrenagem quebra — quando a liderança é recusada pelo homem ou rejeitada pela mulher — a família se desintegra. E quando as famílias se desintegram, a sociedade perde sua célula fundamental.

Isso não é uma opinião conservadora. É o que a antropologia, a sociologia e a história confirmam, independentemente de qual lado do espectro político se observa. As sociedades com famílias estáveis têm menos pobreza, menos criminalidade, menos dependência estatal e mais prosperidade intergeracional. Os dados são consistentes. Só não queremos enxergá-los porque contradizem a narrativa.

7.3 — A Distorção das Palavras: Quando o Debate é Silenciado pelo Rótulo

Hoje, qualquer defesa do modelo familiar tradicional é imediatamente rotulada como "misoginia". Isso não é um argumento — é uma estratégia de silenciamento.

Quem odeia mulheres é o agressor. É o covarde que bate. É o homem que abandona os filhos. O homem conservador, que ama, protege e honra a mulher, não pode ser enquadrado no mesmo rótulo sem que se esvazie completamente o significado das palavras. Quando tudo é misoginia, nada mais é misoginia

— e aí o verdadeiro agressor se beneficia da confusão.

Criar uma lei que criminaliza discordâncias subjetivas — onde um empresário pode ser processado por cobrar meta de uma funcionária, ou um pai pode ser denunciado por discordar da professora da filha — não protege mulheres. Afasta quem poderia protegê-las de verdade. O resultado prático já é previsível: empresas deixarão de contratar mulheres por medo de processos; homens deixarão de se casar por medo de acusações; e as próprias mulheres, que a lei diz proteger, perderão oportunidades concretas por causa dessa insegurança criada artificialmente.

Quem paga a conta da ideologia é sempre o trabalhador de carne e osso.

7.4 — A Batalha Espiritual e o Plano de Degradação

Para o cristão, há uma dimensão nessa guerra que vai além da política: é espiritual.

Ao analisar as bases do pensamento que hoje domina as universidades, as redações e os tribunais, percebemos um alvo permanente e consistente: a família tradicional. O objetivo, declarado em textos e manifestos que qualquer pessoa pode ler, é separar o homem da mulher, colocar filhos contra pais e eliminar o cristianismo como referência moral pública. Sem a base da fé e a proteção da estrutura familiar, o indivíduo fica frágil, desorientado e dependente do Estado. E um povo

dependente é um povo governável.

Esse não é um projeto novo. É o desdobramento prático de décadas de infiltração em instituições que deveriam ser neutras — escolas, universidades, meios de comunicação, aparato judicial. O resultado é que hoje vivemos em um país onde o homem mais sexy do ano é uma mulher biológica, a mulher mais sexy do ano é um homem biológico, e quem aponta a inversão é acusado de intolerância. A Bíblia descreveu esse fenômeno há milênios: o que era torto sendo chamado de reto, e o que era reto sendo chamado de torto.

Isso não é coincidência. É estratégia.

7.5 — A Inversão de Valores nas Crianças: A Linha que Não Pode Ser Cruzada

A tentativa de retirar a autoridade dos pais sobre a educação dos filhos é o estágio mais avançado e mais perigoso dessa batalha.

Quando o Estado ou a escola tentam substituir o pai e a mãe na formação moral da criança — especialmente em questões de sexualidade e identidade — o resultado é uma geração sem referência, sem limites e sem o alicerce necessário para construir uma vida de propósito. Crianças estão sendo expostas a conteúdos impróprios para sua faixa etária com a bênção institucional do Estado, e os pais que reclamam são tratados como fundamentalistas retrógrados.

O pai e a mãe têm o direito natural e inegociável de decidir o que os filhos aprendem sobre moral, fé e sexualidade. Esse direito não é concedido pelo Estado — ele precede o Estado. E qualquer lei ou política que tente se interpor entre pais e filhos nessas questões é uma agressão à família, não uma proteção à criança.

A linha está traçada. Mexer nas crianças é o ponto onde quem se mantinha em silêncio precisa falar.

Eu falo.

CONCLUSÃO — AS SETE ATITUDES PARA SALVAR O BRASIL

Quando eu olho para tudo o que descrevi nestas páginas — a insegurança jurídica, a perseguição ao empreendedor, o colapso moral, a proteção estatal ao crime, o ataque à família e a ditadura da toga —, a conclusão é clara. O Brasil não vai se consertar sozinho. Não vai se consertar por dentro do mesmo sistema que o destruiu. A mudança precisará vir de baixo para cima, do povo para as instituições.

E ela começa com sete atitudes.

1. COMOÇÃO POPULAR

----- O povo precisa se indignar e agir. Os absurdos descritos neste livro não são segredo — acontecem à luz do dia, documentados e registrados. O que falta não é informação. Falta revolta organizada. Falta o cidadão ocupar as ruas, as câmaras municipais e as urnas com a clareza de quem sabe o que está em jogo. O sistema não vai se consertar por bondade; ele vai se consertar quando sentir que o custo de continuar corrupto é maior do que o custo de mudar. Quem cria esse custo é o povo. As redes sociais são a nossa última trincheira — é através do debate, do vídeo e do livro que desmascaramos a doutrinação e mostramos que a maioria da população quer

ordem, segurança e valores sólidos.

2. EXPURGO DO JUDICIÁRIO E DA POLÍTICA

----- A Lei da Ficha Limpa precisa ser absoluta e sem exceções. Qualquer juiz ou político com envolvimento comprovado em corrupção, venda de sentença ou desvio de função pública deve ser banido permanentemente da vida pública e julgado criminalmente como qualquer outro cidadão — sem foro privilegiado. Com essa medida única, renovaríamos a esmagadora maioria das nossas instituições. Cargos públicos existem para servir o povo, não para enriquecer quem os ocupa. Não podemos ter magistrados com reputação suja decidindo o destino de quem trabalha.

3. CUMPRIMENTO LITERAL DAS PENAS

----- Se a sentença é de trinta anos, o cumprimento deve ser de trinta anos em regime fechado. Sem saidinhas. Sem progressão automática. Sem benefícios que anulem a sentença antes do prazo. A pena não é vingança — é o contrato social em ação. Quando o criminoso sabe que a conta será cobrada integralmente, o cálculo muda. Hoje, ele empreende no crime sabendo que o sistema o protege. Essa certeza precisa acabar.

4. PENAS SEVERAS PARA CRIMES HEDIONDOS

----- Para crimes que destroem vidas de forma irreversível — assassinato premeditado, estupro, pedofilia, tortura — a resposta do Estado precisa ser proporcional ao dano. Isso inclui a implantação da prisão perpétua sem progressão para os casos mais graves, e a castração química compulsória para crimes sexuais contra crianças. A sociedade tem o direito de se proteger de quem demonstrou não ter limite moral. Proteger o criminoso às custas da vítima não é humanismo — é crueldade institucionalizada.

5. PRESÍDIOS AUTOSSUSTENTÁVEIS

----- O preso não deve ser um peso permanente sobre o contribuinte. O sistema prisional brasileiro custa bilhões por ano e devolve à sociedade pessoas ainda mais perigosas. A solução é transformar os presídios em colônias de trabalho — agricultura, manufatura, construção civil. O fruto desse trabalho deve, em ordem de prioridade: pagar o custo do próprio sustento do preso; indenizar as vítimas ou suas famílias pelo dano causado; e formar uma reserva para a saída — garantindo que o ex-detento tenha condições mínimas de recomeçar com um ofício aprendido. O crime não pode compensar. Nunca.

6. FIM DOS SUPERSALÁRIOS PÚBLICOS

----- A remuneração de políticos,

magistrados e servidores de alto escalão precisa ser compatível com a realidade econômica do país que servem. Um salário de cem ou duzentos mil reais mensais para um magistrado em um país onde o salário mínimo é de R\$ 1.600 não é remuneração — é insulto ao trabalhador que paga a conta. Enquanto o cargo público for mais lucrativo do que qualquer atividade privada, ele continuará sendo disputado por pessoas que buscam poder e riqueza, não por pessoas que querem servir. Reduzindo os supersalários, atraímos quem serve pelo propósito e afastamos quem serve pelo bolso.

7. TOLERÂNCIA ZERO COM A CORRUPÇÃO PÚBLICA

----- O político ou magistrado flagrado desviando dinheiro público deve enfrentar a pena máxima — sem negociação, sem delação premiada que resulte em impunidade prática, sem prescrição. Além da pena criminal, deve haver confisco total dos bens adquiridos com dinheiro público, com correção monetária e juros, para devolução integral aos cofres públicos. Quem desvia recursos da saúde, da educação ou da segurança não comete apenas corrupção — comete assassinato diluído no tempo, porque pessoas morrem pela falta do que foi roubado. A mudança não virá de dentro do Congresso ou dos Tribunais por vontade própria. Ela virá da Pressão Popular.

Essas sete atitudes não são utopia. São escolhas. São decisões que qualquer nação com vontade política pode tomar. Vários

países as tomaram e colheram os frutos. O Brasil ainda não tomou porque o sistema que deveria tomá-las é o mesmo que lucra com a situação atual.

Por isso, a mudança começa no povo. Começa em você que leu até aqui. Começa quando você decide que o silêncio confortável foi longe demais.

Eu fiz a minha escolha. Como pequeno empresário e cidadão, não aceito o silêncio imposto pelo medo. Este livro é o registro de que ainda existem brasileiros que acreditam no trabalho, na honra e na justiça de verdade. Que a família é sagrada. Que a lei deve ser para todos, igualmente.

Que a verdade nos liberte dessa inversão de valores — e que a ordem volte a reinar em nosso solo.

O Brasil que queremos ainda é possível. Mas ele não virá por acaso. Ele virá se nós o construirmos.

Meu pai me ensinou que a linha entre o certo e o errado não se negocia. Ele me mostrou isso todos os dias, com as mãos sujas de graxa e o coração cheio de dignidade. Eu escrevi este livro para honrar essa lição. Cada página é um ato de rebeldia contra um sistema que tenta nos convencer de que não vale a pena ser honesto. Este livro é a minha linha.

SOBRE O AUTOR

Mauricio Ferreira Sarmento nasceu em 20 de agosto de 1989, em Salvador, Bahia. Criado por um pai solteiro nas periferias de Salvador, aprendeu desde cedo que o único caminho para sair da pobreza era o trabalho e o conhecimento. Autodidata por necessidade e por vocação, passou a adolescência na Biblioteca Central de Salvador enquanto construía as bases técnicas que sustentariam sua carreira.

Começou a vida profissional como técnico em eletrônica, passou por vendas ambulantes, manutenção de computadores e redes de dados, até fundar em 2018 a MS Telecom, provedor de internet construído do zero no bairro do Tororó, em Salvador — com equipe própria, mais de 800 clientes e infraestrutura de rede própria.

Em 2022, sobreviveu a um acidente doméstico grave com fratura múltipla no pé — diagnosticado para amputação — e a uma infecção por Covid-19 com 86% do pulmão comprometido. A recuperação espontânea que se seguiu, classificada pelo próprio cirurgião como inédita em sua carreira, é um dos episódios centrais deste livro.

Em 2023, após o assassinato de um funcionário dentro de sua

empresa durante conflito armado entre facções criminosas, Mauricio enfrentou coerção direta por grupos que exigiam pagamentos mensais para "permitir" que a empresa funcionasse. Após dois anos resistindo, foi obrigado a encerrar as operações e se mudar para o interior do estado em 2025.

Hoje, dedica-se ao desenvolvimento de sistemas de software e à escrita como forma de contribuir para o debate público sobre os valores que acredita serem fundamentais para a reconstrução do Brasil. Pensa seriamente em ingressar na política como vereador.

"O Resgate da Ordem" é o seu primeiro livro.